

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.304, DE 2011

Estende a aplicação do art. 13 do Código Penal às infrações eleitorais e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Bonifácio de Andrada

**Relator:** Deputado Nazareno Fonteles

### I - RELATÓRIO

A presente proposição objetiva alterar a redação do art. 355 do Código Eleitoral, a fim de que não restem dúvidas de que aos crimes eleitorais se aplica o art. 13 do Código Penal.

A justificativa esclarece que, embora o Código Eleitoral faça menção às normas penais gerais, o projeto de lei se mostra necessário para dar garantias aos candidatos, que passarão a ter meios seguros para sua defesa e para a comprovação da lisura de suas atividades.

A apreciação final caberá ao Plenário.

É o relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade, referente à competência legislativa da União e à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matérias de Direito Penal e Eleitoral, à legitimidade de iniciativa e à elaboração de lei ordinária.

A juridicidade acha-se preservada, não havendo violação a princípio orientador do ordenamento pátrio.

A técnica legislativa ressen-te-se de artigo inaugural com o objeto da lei, de menção à nova redação de dispositivo legal e da presença de cláusula revogatória genérica.

No mérito, é de se destacar que vem em boa hora o projeto de lei que ora se analisa.

O Direito Penal embasa a responsabilidade, ou seja, a imputação do evento criador do resultado, na causalidade jurídica, a qual, em termos singelos, nada mais é senão a possibilidade de se atribuir a alguém o resultado ilícito em razão de sua conduta.

Mais do que nunca, é mandatório que a lei eleitoral seja a mais cristalina possível, principalmente no que tange às suas disposições penais.

A desejada clareza da lei, como ressalta a justificativa do projeto, reverterá em benefício dos candidatos e, assim, em última análise, em favor da representatividade baseada na legitimidade dos eleitos. Ganhará, em última instância, toda a democracia.

Por outro lado, a alteração legislativa ora alvitrada caberá melhor no art. 287 do Código Eleitoral, cuja redação, hoje, é a seguinte:

*“Art. 287. Aplicam-se aos fatos incriminados nesta lei as regras gerais do Código Penal.”*

À luz do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 2.304, de 2011, na forma do Substitutivo oferecido, em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado Nazareno Fonteles  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.304, DE 2011**

Dá nova redação ao art. 287 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estende a aplicação do art. 13 do Código Penal aos fatos incriminados no Código Eleitoral.

Art. 2º O art. 287 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 287. Aplicam-se aos fatos incriminados nesta lei as regras gerais do Código Penal, especialmente o disposto em seu art. 13 (NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em            de            de 2013.

Deputado Nazareno Fonteles  
Relator

2013\_15705